

Requerimento de Audiência Pública CREDN

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Cultura, de Direitos Humanos e Minoria e na CLP para tratar sobre os conflitos Israel e Palestina e a NAKBA, palavra árabe que significa "tragédia" que se abateu sobre o povo palestino com a criação do estado de Israel.

Apresentação: 01/06/2022 18:50 - CREDN

REQ n.19/2022

Senhor presidente,

Requeiro de Vossa Excelência, nos termos regimentais do artigo 24, inciso III e na forma dos artigos 255 e 256 do RICD, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública para tratar sobre os conflitos Israel e Palestina e a NAKBA, palavra árabe que significa "tragédia" que se abateu sobre o povo palestino com a criação do estado de Israel.

Sugestão de nomes para composição da mesa:

- Dr. Ahmed Shehada, Presidente do Instituto Brasil-Palestina (Ibraspal);
- Jurema Werneck, Diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil;
- Ualid Rabah, Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal).

JUSTIFICATIVA

A resolução 181/1947 da ONU previu a criação dos Estados de Israel e Palestina e deu status especial à cidade sagrada de Jerusalém. Em maio de 1948, o Estado de Israel foi fundado.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Monteiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228303284200>

* C D 2 2 8 3 0 3 2 8 4 2 0 0 *

Após a fundação de Israel, as forças militares israelenses desencadearam a ocupação das terras e casas de palestinos, por meio da expulsão e eliminação de seu povo. Em 1967 durante a Guerra dos 6 dias, ocorrida entre 5 e 10 de junho, as forças de Israel ocuparam as regiões de Gaza, o Monte Sinai (Egito) e as colinas de Golã (Síria).

O que Israel tem feito nos últimos 74 anos, é violar o Direito Internacional ao adotar uma política militarista, expansionista e colonialista ocupando os territórios palestinos e dos países árabes vizinhos.

O povo palestino tem um desejo avassalador pelo respeito aos seus legítimos direitos. Em concordância com o direito internacional, a justiça, a garantia do retorno dos refugiados, além da compensação e da permanência de todos na terra Palestina.

No entanto, é preciso que todas as forças que defendem a justiça e respeito ao Direito Internacional exijam dos seus países, e especialmente da ONU, que ajudem a por fim à ocupação israelense, para que os palestinos possam viver com dignidade em sua terra ancestral da Palestina, tendo a sagrada Jerusalém como sua capital.

Assim, solicitamos o apoio dos pares para realizarmos essa Audiência Pública, visando debater essa importante questão, seguindo nossa tradição diplomática em defesa da paz, da autonomia dos países e da autodeterminação dos povos.

Leonardo Monteiro
Deputado Federal PT - MG

